

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: DAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

LICENCIATURA EN EDUCACIÓN DEL CAMPO: DESDE LAS LUCHAS DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES HASTA LA CONSTITUCIÓN DEL PROCESO FORMATIVO

Valdirene Manduca de Moraes¹
Maria Antônia de Souza²

RESUMO

Este trabalho objetiva caracterizar a pauta do Movimento Nacional de Educação do Campo por formação de educadores, com ênfase na origem e nos desafios da Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC. É fruto de pesquisa documental realizada no período de 1997 a 2017. Foram analisados documentos dos encontros nacionais e estaduais de Educação do Campo, editais do PROCAMPO, relatórios do Fórum Nacional da Educação do Campo, da Comissão Nacional de Educação do Campo e sínteses de seminários nacionais e estaduais da LEdoC. A perspectiva teórica vincula-se ao debate sobre movimentos sociais, formação de educadores e Educação do Campo. Coloca em evidência as categorias contradição, mediação e totalidade. Dentre os resultados destacam-se: a) ampliação das possibilidades de formação de professores em perspectiva crítica no que tange ao olhar sobre campo, sociedade, educação e projeto societário. b) existência de uma força social conservadora, presente na sociedade, nos governos e, também, na universidade, contrária aos processos formativos da classe trabalhadora. c) uma força social oriunda de coletivos de trabalhadores que lutam para manter processos formativos em perspectiva de emancipação humana. d) um movimento contraditório que propicia a origem de programas governamentais com vínculos com a classe trabalhadora e que, posteriormente, dificulta a continuidade da formação e da práxis.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Formação de Educadores. Licenciatura em Educação do Campo.

1 Professora colaboradora da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), PR, Brasil. Doutoranda em Educação pela UTP. Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná/UTP (2011). Realiza doutoramento em Educação pela UTP. E-mail: valmoraes1977@gmail.com

2 Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Tuiuti do Paraná, PR, Brasil. Doutora em Educação pela UNICAMP. E-mail: maria.antonina@pq.cnpq.br

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo caracterizar la pauta del Movimiento Nacional de Educación del Campo por la formación de educadores, con énfasis en el origen y en los desafíos de la Licenciatura en Educación del Campo - LEdoC. Es fruto de la investigación documental realizada en el período de 1997 al 2017. Se analizaron documentos de los encuentros nacionales e interprovinciales de Educación del Campo, edictos del PROCAMPO, informes del Fórum Nacional de Educación del Campo, de la Comisión Nacional de Educación del Campo y también las síntesis de los seminarios nacionales e interprovinciales de la LEdoC. La perspectiva teórica se vincula al debate sobre movimientos sociales, formación de educadores y Educación del Campo. Coloca en evidencia las categorías contradicción, mediación y totalidad. Dentro de los resultados se destacan: a) la ampliación de las posibilidades de formación de profesores en una perspectiva crítica en lo que se refiere al campo, sociedad, educación y proyecto societario. b) la existencia de una fuerza social conservadora, presente en la sociedad, en los gobiernos y, también, en la universidad, contraria a los procesos formativos de la clase trabajadora. c) una fuerza social oriunda de colectivos de trabajadores que luchan para mantener procesos formativos en perspectiva de emancipación humana. d) un movimiento contradictorio que propicia el origen de programas gubernamentales con vínculos con la clase trabajadora y que, posteriormente, dificulta la continuidad de la formación e de la praxis.

Palabras-clave: Movimientos Sociales. Formación de Educadores. Licenciatura en Educación del Campo (LEdoC).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva caracterizar a pauta do Movimento Nacional de Educação do Campo (MNEC) por formação de educadores, priorizando a LEdoC, sua construção nacional e desafios. O trabalho resulta de pesquisa documental realizada no período de 1997 a 2017, tomando como referência os documentos do MNEC sobre formação de educadores e os documentos nacionais e do estado do Paraná sobre a LEdoC.

Neste trabalho, a perspectiva teórica, desde a teoria dos movimentos sociais, é a de que eles possuem capacidade de resistência, no movimento contraditório do modo de produção capitalista, e que as experiências, embora voltadas para formas revolucionárias de formação e prática, são produzidas em

conjunturas políticas reformistas e de disputas políticas entre os sujeitos que integram a sociedade civil e a sociedade política.

Compartilhamos das ideias de Gohn (2012) sobre os movimentos sociais. Para a autora, na primeira metade do século XX são observáveis cinco eixos analíticos nas teorias sobre os movimentos sociais, a saber: 1) Teorias construídas a partir de eixos culturais, referentes ao processo de construção de identidades. 2) Estudos construídos a partir da teoria crítica, com olhar voltado para justiça social, reconhecimento, redistribuição e multiculturalidade. 3) Teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais, novas formas de lutas, críticas à resignificação das lutas pelas políticas públicas que seriam apenas integração e produção de consensos. 4) Teoria pós-colonial, centrada em análises que reivindicam uma descolonização do saber e do poder para pensar os movimentos a partir de experiências próprias do Sul. 5) Teorias que analisam processos de institucionalização das ações coletivas, vínculos e redes de sociabilidade das pessoas, assim como o desempenho das pessoas em instituições. (GOHN, 2012, p. 26 – 30).

Na compreensão da LEdoC, tais reflexões são pertinentes, haja vista que permitem problematizar os sentidos dela. Para uma corrente teórica seria somente mais uma forma de produção de consenso. Para outra teoria, a LEdoC seria uma forma de justiça social e reconhecimento. E, para outro eixo teórico, a LEdoC seria uma forma de produção de saberes contra hegemônicos, com faces pós-colonialistas.

Sujeitos coletivos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Camponesas entre tantos outros dão formas ao Fórum Nacional da Educação do Campo (FONEC), espaço coletivo de debate do projeto de campo e da política de Educação do Campo em construção no Brasil. Esses coletivos, na relação de forças com os governos, geram demandas por políticas públicas, demandas por participação na definição e acompanhamento das políticas públicas, e dentre elas estão as voltadas para formação dos educadores do campo.

A respeito da formação de educadores do campo, o entendimento teórico presente neste texto é o de que os cursos de LEdoC constituem experiências recentes, produzidas socialmente

e politicamente nos movimentos sociais do campo, tendo como objetivo o acesso das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo à educação superior de qualidade. Esses cursos marcam a conquista de uma política para a formação dos educadores do campo, que busca o pleno desenvolvimento dos sujeitos, visando sua emancipação política e social a partir de uma matriz formadora, que envolva a materialidade da vida e do trabalho no campo, conforme Arroyo (2006). A luta é por formação e emancipação humana, para além da emancipação política, porém a distância é grande na materialização desse processo formativo, haja vista a presença de projetos reformistas e conservadores na educação brasileira.

Sobre a Educação do Campo, este texto é permeado pelas contribuições de Caldart (2009), Munarim (2011) e Souza (2016). Todos concordam que essa concepção de educação se vincula a um projeto societário, em especial de campo, educação e escola. Ao interrogar a educação brasileira, essa concepção educacional coloca em evidência a contradição maior presente na sociedade, capital e trabalho, bem como as disputas políticas, econômicas e jurídicas em torno de seus projetos societários.

Dessa forma, a análise da LEDOC perpassa pelo reconhecimento das lutas e pautas construídas no MNEC, bem como pelos enfrentamentos políticos decorrentes das contradições entre capital e trabalho, entre o projeto do capital para a educação e o projeto dos coletivos de trabalhadores para a sociedade, educação e escola. E, em especial, perpassa pelo reconhecimento das conquistas efetivadas a partir das experiências dos cursos de Pedagogia da Terra, no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Ministério de Desenvolvimento Agrário. São colocados em pauta as matrizes curriculares, o papel da pesquisa na formação dos educadores, a relação entre universidade e movimentos sociais, a produção de materiais escritos que tratam de problemas reais vivenciados no campo e nas escolas públicas entre outros. Cada conquista faz emergir novas pautas de lutas, novos argumentos e novas formatações administrativo-jurídicas para reconhecimento das experiências e processos formativos construídos na e com a classe trabalhadora do campo.

2 LUTAS PELA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO

No Quadro 1 estão descritos os principais documentos produzidos pelos coletivos nacionais de Educação do Campo, com destaque para as menções vinculadas à formação de educadores.

São 20 anos de construção da Educação do Campo no Brasil, permeados por lutas sociais, disputas políticas em torno da construção de dois projetos societários, um que atende os interesses do capital nacional e internacional e, outro que atende o interesse da classe trabalhadora, do campo e da cidade. Em diversas conjunturas políticas de 1997 a 2017, a formação de educadores esteve pautada nos debates e registradas nos documentos do MNEC, demonstrando que a cada conquista eram reforçadas velhas e novas pautas para a construção de políticas educacionais.

Quadro 1 - Documentos dos coletivos nacionais

Documento	Ano	Demanda por Formação de Professores
Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro – ENERA	1997	Reivindicação por uma nova Pedagogia, que se atente para o desenvolvimento de todas as dimensões humanas, indicam uma proposta de formação que assuma a identidade do campo e compreenda os saberes necessários à docência e demais processos educativos, uma formação crítica capaz de intervir nos dilemas das escolas e fortalecer as demandas por políticas públicas para essa área.
Compromissos e Desafios – Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. CNEC	1998	
Declaração Final – Por Uma Política Pública de Educação do Campo – II Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. CNEC	2004	Destaca a emergência de formação específica para os (as) educadores (as) do campo a partir de políticas de Estado que compreenda os sujeitos do próprio campo; a identidade e a realidade do trabalho no campo; incentivos profissionais e concurso diferenciado.
Notas para análise do momento atual da Educação do Campo – Seminário Nacional do FONEC	2012	Manifesta a conquista dos cursos de Pedagogia da Terra por meio do PRONERA e dos cursos LEdoC a partir do PROCAMPO, entretanto interroga a importância do PRONACAMPO para a formação inicial dos (as) educadores (as) do campo no sentido de reconhecer os avanços e as contribuições dessa política para um projeto contra-hegemônico de campo, de educação e de sociedade. Posicionamento contrário à formação feita a Distância por divergir da proposta educativa dos movimentos sociais.
Relatório Síntese das conclusões e proposições – Oficina de planejamento 2013 e 2014 – FONEC	2013	

Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária – II ENERA	2015	Luta pela garantia da continuidade e consolidação das políticas que decorrem de processos intensos de negociação com o Estado. Ações para fortalecer as LEdoCs e defender o PRONERA, sobretudo priorizar os princípios e o protagonismo dos movimentos sociais.
Documento Final – III Seminário Nacional do FONEC	2015	
Relatório Final da Reunião Ampliada do FONEC	2017	Acentua o momento tenso e preocupante diante do “desmonte criminoso que vem ocorrendo por parte do atual Governo das políticas públicas conquistadas pelo Movimento de Educação do Campo” (p. 1-2), especialmente as tentativas de desconstrução de LEdoCs por meio de corte de recursos, criminalização das lutas por direitos, entre outros que dificultam o desenvolvimento dos cursos. Propõe ações concretas visando a inclusão e inserção dos egressos das LEdoCs nas escolas do campo, como realização de eventos que deem visibilidade à luta pela formação específica para educadores (as) do campo, assim como outras demandas do Movimento Nacional de Educação do Campo.

Organização: As autoras, novembro de 2017.

No caso da LEDOC, a experiência é iniciada com 4 instituições federais no contexto do PROCAMPO do Ministério da Educação. Com o sucesso da experiência, novos editais são publicados. As experiências, em poucos anos, se multiplicam pelo território nacional. No movimento contraditório de produção do processo formativo emergem os problemas de financiamento, formação do corpo docente que recém se vinculava aos cursos LEdoC etc. Ou seja, movimento fortalecido dentro da esfera governamental, amplia-se, e contraditoriamente tem que enfrentar os obstáculos criados dentro da institucionalidade dos concursos públicos, da distribuição de vagas, da cultura institucional local etc.

Em 20 anos consolidam-se as demandas por uma nova Pedagogia e as lutas contra o empresariamento da educação pública. Conquistam-se processos formativos vinculados ao PRONERA e ao PROCAMPO e firmam-se as lutas contra a criminalização e judicialização educação dos povos do campo. Registram-se as conquistas normativas, com resoluções e decreto nacionais, e ao mesmo tempo as políticas contrárias à Educação do Campo, a exemplo do fechamento de escolas e precarização das relações de trabalho. Conquistas e lutas são compreendidas a partir da contradição e materializadas nas disputas políticas e judiciais que envolvem os cursos de formação de educadores do campo, as escolas

públicas, o trabalho no campo, os editais de concursos públicos etc.

O Quadro 2 traz alguns dos principais documentos produzidos pela Articulação Paranaense por Educação do Campo (APEC), formada por coletivos de trabalhadores do campo e instituições de educação superior do estado do Paraná. O coletivo APEC está sendo tratado como um movimento social, composto por movimentos de luta pela terra de maior duração, como o MST, o MAB, Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), organizações sociais como a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) entre outros.

Quadro 2 - Documentos elaborados pela APEC - Paraná

Documento	Ano	Demanda por Formação de Professores
Carta de Porto Barreiro – produzida durante o I encontro de Educação do Campo do Paraná.	2000	Denuncia a ausência de políticas públicas para a Educação dos Camponeses, mas destaca experiências que colaboram para a construção de uma proposta de Educação do Campo articulada a um projeto popular de sociedade para o Brasil. Assume o compromisso de envolver as universidades nos processos de ensino, pesquisa e extensão, bem como criar o curso de Pedagogia da Terra no Estado do Paraná.
10 anos da carta de Porto Barreiro – Manifesto da Educação do Campo do Estado do Paraná	2010	Destaca a formação continuada para os (as) educadores (as) das escolas do campo do Paraná ofertada pela Secretaria de Estado da Educação (SEED); a realização dos cursos de Pedagogia da Terra e LEdoC nas universidades como a Unioeste, Unicentro e UFFS; realização do Pró-Jovem Campo; Pós-Graduação Especialização em Educação do Campo a partir da parceria entre a UFPR e SEED; Cursos em nível Médio e Pós Médio em Agroecologia oferecidos pela ASSESOAR e CEAGRO. Assume o desafio de oferecer formação continuada na perspectiva da Educação do Campo para os professores que trabalham nas escolas das comunidades rurais; exigir processos seletivos (concurso público e/ou contratação temporária) específicas para professores (as) do campo.
Pauta de compromissos e luta - Candói - Encontro Estadual de Educação do Campo da Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo	2013	O coletivo compromete-se a cobrar do Estado a promoção de cursos de formação inicial e continuada para os (as) educadores (as) do campo com qualidade em instituições públicas e de forma presencial e a construção de centros de alternância para a realização dos mesmos. Motivar as universidades do Paraná para que nos cursos de Pedagogia e demais Licenciaturas contemplem em seus currículos estudos sobre a Educação do Campo. Tensionar o governo para a realização de concursos públicos para os (as) educadores (as) do campo.

<p>Manifesto do Seminário Estadual de Educação do Campo – Direito, Conhecimento, Terra e Dignidade</p>	<p>2017</p>	<p>Revela a preocupação sobre a decisão negativa do poder judiciário no processo de nomeação dos egressos da LEdoC da Unicentro aprovados em concurso público do Estado; enfatiza a escassa oferta de formação continuada por parte do estado; sugere às universidades, por meio de projetos de extensão, oferecer formação continuada visando a reelaboração do PPP adequando-o à concepção de Educação do Campo; pautar à SEED que os editais de concursos públicos do Estado reconheçam a titulação por áreas do conhecimento das LEdoCs.</p>
--	-------------	--

Organização: As autoras, novembro de 2017.

Uma forma de atuação da APEC foi a pressão em torno do governo estadual para reconhecer a Educação do Campo como política pública, algo que se positiva no ano de 2010, com as deliberações da Secretaria de Estado da Educação e do Conselho Estadual de Educação. Dentre as ações tidas como prioritárias na APEC, destacam-se: criação do curso Pedagogia da Terra, realização de seminários microrregionais para troca de experiências em Educação do Campo, reivindicação de representação em conselhos municipais de educação entre outros. Em síntese, os processos formativos na Educação do Campo são constituídos em meio a disputas internas ao governo, às instituições e determinações externas construídas historicamente nos confrontos entre capital e trabalho.

3 ORIGEM E DESAFIOS DA LEdoC

O processo de produção da LEdoC tem faces sociais importantes, que vão da perspectiva de classe trabalhadora aos sentimentos dos sujeitos envolvidos no processo. Relembrando escritos de Karl Marx, especialmente no 18 Brumário e na Ideologia Alemã, a história é feita sob determinações e essas determinações são feitas na prática social. As circunstâncias, conjunturais e estruturais, que marcam a história interferem na prática social – para a transformação ou para a conservação. A produção é contraditória e mediada por forças sociais que ora se mostram reformistas, ora revolucionárias, ora conservadoras ou ditatoriais, e encontram-se em polos opostos. Há que se identificar forças sociais que determinam e, ao mesmo tempo, são determinadas no

processo de produção dos cursos de formação de educadores do campo no Brasil.

A face “educadores do campo” já indica um lado da história; indica confrontos emergentes ou consolidados e, indica encaminhamento político-ideológico. Com isso, anunciam-se tensões e impasses advindos desse posicionamento de classe social – trabalhadora – em uma sociedade marcada por ideologias e experiências que supervalorizam a classe dominante do ponto de vista econômico e político.

A preocupação com a formação dos educadores do campo foi materializada no MST nos anos de 1980 e consolidadas como Educação do Campo a partir do final da década de 1990. A preocupação inicial era com as escolas dos acampamentos e dos assentamentos. Somou-se a essa luta a da formação de professores e a luta por Ensino Médio no Campo, Educação Superior. Em 2004, um coletivo composto por representantes de Movimentos sociais, Movimento Sindical e Organizações Sociais de Trabalhadoras e Trabalhadores do Campo e da Educação, Universidades e ONGs entre outras instituições vinculadas à educação ou ao campo, denunciavam a grave situação vivida pela população do campo, decorrente de um modelo de desenvolvimento baseado na exclusão. Denunciavam, também, a falta de formação mínima para os docentes das escolas públicas do campo e a falta de uma política pública que viesse valorizar o magistério.

A preocupação com a formação dos educadores direcionava-se para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio das escolas do campo, pois a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental já vinham sendo atendidos pela formação das educadoras e educadores do campo nos cursos de Pedagogia da Terra.

Projetava-se nos cursos de LEdoC a possibilidade de ampliar a oferta de Educação Básica no campo (ANTUNES-ROCHA, 2009). A formação demandada pela população camponesa exigia ampla reflexão sobre o modelo do curso de formação, haja vista que a maioria era voltada para a realidade das escolas urbanas. Nesse sentido, a formação dos educadores do campo devia superar o modelo de formação existente.

Molina (2015) escreve que a idealização do curso de LEdoC seguiu na perspectiva de

[...] promover e cultivar um determinado processo formativo que oportunizasse aos futuros educadores, ao mesmo tempo, uma formação teórica sólida, que proporcionasse o domínio dos conteúdos da área de habilitação para a qual se titula o docente em questão, porém, extremamente articulada ao domínio dos conhecimentos sobre as lógicas do funcionamento e da função social da escola e das relações que esta estabelece com a comunidade do seu entorno (2015, p. 153).

Os Cursos de LEdoC diferenciam-se das demais licenciaturas porque são uma construção coletiva dos sujeitos que lutam por uma educação de qualidade que compreenda a realidade onde estão inseridos. Somam-se às experiências do PRONERA no debate do campo, dos sujeitos do campo e na interrogação da lógica da escola rural.

No ano de 2004, após a realização de estudos por um grupo de trabalho envolvendo pesquisadores, o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – foi criado o PROCAMPO. O grupo de trabalho que organizou a proposta dos projetos-piloto, levou em consideração as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas, educadoras e educadores do campo, como: a rotatividade de professores temporários nas escolas, a distância a ser percorrida entre as comunidades rurais e os municípios onde encontram-se as universidades, o acesso e permanência dos estudantes nos cursos de formação superior, entre outras. Pensando nessas questões, o grupo de trabalho elaborou a proposta do curso a partir da organização curricular de formação por áreas do conhecimento, bem como a alternância, que por meio de tempos e espaços distintos de formação, permitem aos estudantes permanecerem no curso.

Evidencia, nesse processo, um elemento novo no debate da formação com os movimentos sociais: o planejamento dos estudos por área de conhecimento. Discussões voltam-se para compreender a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade nos processos formativos. O princípio maior é o vínculo entre teoria e prática e, por conseqüente, o vínculo entre trabalho e educação.

Com a aprovação do desenho das LEdoC, foram iniciadas as experiências – piloto em quatro Universidades Federais a saber:

Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Sergipe. A indicação das referidas Instituições de Ensino Superior – IES deve-se ao fato das mesmas já terem estabelecido relações com os Movimentos Sociais do Campo e experiências anteriores com Educação do Campo (MOLINA e SÁ, 2011; MOLINA, 2014, 2015; MOLINA e HAGE 2015; ANTUNES-ROCHA 2009).

Em 2008 e 2009 o MEC lançou chamada pública para seleção de projetos de cursos de Licenciaturas em Educação do Campo por meio do edital número 02 de 23 de abril de 2008 para as Instituições de Ensino Superior Públicas. Naquele momento inúmeras universidades, federais e estaduais e também Institutos Federais apresentaram propostas, de acordo com Molina (2015) 32 (trinta e duas) universidades passaram a ofertar de LEdoC. Molina salienta uma importante diferença entre os projetos pilotos e os novos cursos criados a partir do edital número 2,

esse é um detalhe de diferença relevante a ser observado agora no processo de ampliação: da época do início do Procampo, foram convidadas a integrar a proposta universidades que já tinham experiências na oferta de cursos de Educação do Campo e parcerias com os movimentos sociais e sindicais, o que não se repetiu nesta ampliação (MOLINA, 2015, p. 151).

De acordo com os estudos da autora, é possível afirmar que a ampliação da oferta dos cursos de LEdoC foi forjada pela pressão dos Movimentos sociais do Campo dada a grande demanda por formação para os educadores do campo. Assim, mesmo instituições que até então não tinham experiências a partir dos princípios da Educação do Campo puderam ofertar cursos de LEdoC. Porém, a aprovação dos projetos e criação de novos cursos não garantiam a efetivação dos cursos nas instituições, pois o edital indicava a realização do curso para turma única. Esse fato provocou intenso debate por parte dos representantes dos Movimentos Sociais, pois, “A demanda para formação de educadores do campo, além de ter que ser capaz de suprir o enorme passivo já existente, necessariamente deveria ser permanente para garantir o direito à educação aos sujeitos do campo, a partir de suas especificidades e necessidades” (MOLINA, 2015, p. 152).

Evidenciam-se dois novos elementos: De um lado a ampliação da oferta de cursos, incluindo instituições que não tinham experiência, ainda expressiva, em Educação do Campo e nem forte relação com os movimentos sociais. Pressiona-se o governo para ampliar oferta e a demanda é atendida gerando novos impasses, como o elemento permanência/continuidade dos cursos. De outro, a nova experiência, com instituições ainda iniciantes no debate da Educação do Campo, gerou diversos impasses, incluindo o que se relaciona à própria concepção de Educação do Campo, de LEdoC e de relação entre universidades e movimentos sociais. Os coletivos, diante da ampliação da experiência, retomam os debates sobre os rumos da produção social da LEdoC no Brasil, com vistas a não perder a identidade e a materialidade de origem na prática dos movimentos sociais.

Em 2012 por meio do Edital número 2 de 31 de agosto de 2012, nova chamada para seleção de proposta de LEdoC é anunciada pelo MEC, dessa vez apenas instituições de ensino superior federais poderiam concorrer. Este edital é oriundo da política pública denominada Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO. Em 2016 eram 35 instituições federais oferecendo LEdoC em 19 estados brasileiros e no Distrito Federal, com turmas em andamento, distribuídas em diferentes *campi*.³

Verifica-se que em 8 anos de existência de mais um elemento novo na produção da LEdoC que é o PRONACAMPO, programa que passou a englobar todas as frentes de ações da Educação do Campo no MEC. Nesse período começa a ser criado o coletivo que vai discutir os rumos da LEdoC, junto com FONEC e CONEC. As experiências produzidas no coletivo geram novas lutas e enfrentamentos, o sentimento de permanente vigilância marca os coordenadores de cursos, os coletivos que materializam o diálogo entre universidade, movimentos e governos. Forças conservadoras tentam “minar” por todos os lados as conquistas da classe trabalhadora, seja por dentro de universidades, por dentro da aparelhagem governamental, seja com difusão de ideias contrárias ao trabalho coletivo e à formação humana.

3 Esses dados sobre as LEdoC são encontrados em análise feita por Maria do Socorro Xavier Batista a partir de consultas aos projetos pedagógicos dos cursos, quadros elaborados por Molina (2015) e quadro constante no Caderno do IV Seminário da Licenciatura em Educação do Campo, Belém, Pará, 2014. Caderno do IV Seminário da Licenciatura em Educação do Campo. 125 p.

Conforme Anhaia (2015) a implementação dos cursos nas distintas IES exigiu dos Movimentos Sociais, trabalhadores do campo e universidades a organização de Seminários Nacionais das Licenciaturas em Educação do Campo, com o objetivo de aproximar as IES que aderiram ao PROCAMPO para que se pudesse socializar as experiências pilotos, debater sobre os desafios do curso como a estrutura curricular por áreas do conhecimento e a metodologia da alternância, bem como, discutir um conjunto de ações visando apoio para institucionalização dos cursos nas IES, e o fortalecimento dessa política.

Ainda que o PRONACAMPO seja considerado uma política importante, pois representa a consolidação das LEdoC nas IES, Molina (2015) ressalva que,

Essa expansão poderá significar um relevante avanço dos princípios do Movimento da Educação do Campo, no âmbito da Educação Superior, ou, esta concepção educativa será engolida e subsumida na institucionalização que, necessariamente, se fará presente neste processo de crescimento? A presença dos movimentos sociais e sindicais do campo, que devem vir a ser parte dos educandos destas graduações, pode significar algum tipo de ruptura no intenso processo de mercantilização da produção do conhecimento que se tem presenciado na Educação Superior? A vinculação direta destes cursos de formação de educadores com as lutas dos camponeses pela sua permanência na terra e no território, e com a conquista das escolas neles existentes, se manterá neste processo de expansão? (MOLINA, 2015, p. 145).

A autora aponta uma série de indagações presentes nos debates atuais sobre as LEdoC. No III Seminário do Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC realizado em Brasília (2015) e também no ENERA (2015) houve momentos dedicados à análise do contexto da Educação do Campo. São reconhecidos os avanços que ocorreram na Educação do Campo na última década, como o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o PRONERA, o PRONACAMPO e os resultados do PRONERA (FONEC, 2015). Mas, também, destacam-se problemas como a existência de pessoas adultas analfabetas

no campo, o fechamento incessante de escolas e as investidas em políticas educacionais voltadas à lógica empresarial.

Grandes grupos empresariais intervêm cada vez mais na política educacional, por meio de propostas que tem sido assumidas pelos governos com o falso objetivo de melhorar a qualidade das escolas públicas. Na prática, estas propostas representam um processo acelerado de mercantilização da educação em todos os níveis (ENERA, 2015).

Além das questões educacionais, o coletivo do ENERA (2015) destacou a forte presença do agronegócio no campo, que tem ampliado conflitos e processos de expulsão de povos do campo.

As discussões realizadas no V Seminário Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo realizado no município de Laranjeiras do Sul em 2015 destacam a importância da mobilização coletiva das IES que ofertam o curso no sentido de garantir e potencializar o PRONACAMPO, bem como a troca de experiências sobre os principais elementos que caracterizam os cursos, formação por áreas do conhecimento e a alternância.

Ficam evidenciados elementos importantes que podem ser relacionados às teorias sobre os movimentos sociais, conforme exposto no início do texto. Um dos eixos evidencia os movimentos sociais em sua continuidade/permanência como opositores e resistentes ao sistema, ao modo de produção capitalista. Esse posicionamento fica explícito no documento do ENERA (2015), especialmente no que tange às questões de empresariamento da educação. Outro eixo evidencia que os movimentos sociais podem ser analisados como propulsores de novas políticas públicas, entretanto, elas não serão suficientes para fazer ruir o modo de produção capitalista. A produção da LEdoC, ao mesmo tempo que é fruto da resistência dos movimentos sociais, pode ser inserida nesse eixo analítico, de lutas por políticas que poderão gerar justiça social, reconhecimento etc., porém insuficientes para a perspectiva revolucionária.

Pode-se afirmar que a LEdoC em suas experiências – piloto estava vinculada à concepção transformadora de educação e com isso as práticas voltadas para a elaboração de estudos por área de conhecimento, na busca de superação do paradigma disciplinar. As experiências mais recentes trazem novos elementos e o principal

deles relaciona-se à formação do formador que está na LEdoC. Esse formador nem sempre possui vínculo com movimentos sociais e, em alguns casos, desconhece a trajetória da Educação do Campo no Brasil, além de, também, não ter vínculo com o campo. Enfim, são determinantes importantes, institucionais e pessoais, que indicam possíveis percursos para a LEdoC. A disposição para o diálogo será um bom indicador para dizer dos caminhos a serem trilhados nas atuais e futuras experiências de LEdoC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LEdoC diferencia-se das demais licenciaturas porque expressa a identidade das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo, tem a sua matriz formadora, como eixo orientador do trabalho pedagógico. Diferencia-se das demais licenciaturas porque vincula-se a projeto de campo para o Brasil, de agricultura familiar e camponesa. Materializa-se a partir dos vínculos com os movimentos sociais do campo e possibilita a constituição de espaços públicos para o debate da experiência em andamento, como é o caso do FONEC e dos seminários de LEdoC.

Os impasses centrais nesse processo formativo residem na institucionalidade governamental, tanto em universidades como em escolas públicas. Consta-se que o maior desafio é realizar o idealizado em termos de concepção de mundo, sociedade, educação, escola e campo. A concepção de formação LEdoC propõe um trabalho pedagógico por área do conhecimento e as escolas que recebem os educandos, tanto para a realização dos estágios supervisionados, como docentes depois de formados, têm seus currículos organizados por disciplinas, além de equipes pedagógicas, muitas vezes, alheias ao debate da formação de educadores no Brasil. Outro aspecto que merece destaque é a alternância como concepção pedagógica na LEdoC, reconhecida como uma possibilidade de estudos para os camponeses.

Para concluir, com este texto reafirma-se a ideia de que os cursos de LEdoC expressam os princípios dos coletivos do campo no movimento contra hegemônico de transformação das políticas públicas de educação no Brasil. A produção da LEdoC coloca em cena um arcabouço jurídico importante na área educacional. Faz emergir diretrizes, debates e reformulações que reconhecem (ou não)

a legalidade e legitimidade da LEdoC, propicia a instalação do debate sobre formação a formação nas licenciaturas e as especificidades da Educação do Campo e, com isso lança diretrizes para os editais de concursos para professores das escolas públicas. Propicia a reflexão sobre os materiais didático-pedagógicos dos processos formativos e aqueles do cotidiano escolar utilizados pelos educandos da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ANHAIA, E. M. Seminário Nacional do Procampo: breve retrospectiva. In: *Cadernos de Estudos – V SEMINÁRIO NACIONAL DAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO*. Laranjeiras do Sul, 2015.

ANTUNES-ROCHA, M. I. Licenciatura em Educação do Campo: histórico e projeto político – pedagógico. In: ANTUNES-ROCHA, M. I. MARTINS, A. A. (orgs). *Educação do Campo: desafios para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ARROYO, M. A Escola do Campo e a pesquisa do campo: metas. In: Molina, M. C. (org). *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: MDA. 2006.

ENERA. Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, In: *II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária*. Luziânia, 2015.

ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Carta de Porto Barreiro*. Porto Barreiro/Paraná. 2000. Documento impresso.

ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. *10 anos da carta de Porto Barreiro – Manifesto da Educação do Campo do Estado do Paraná*. Faxinal do Céu, 15 de abril de 2010. Documento impresso.

ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Carta de Candói*. Candói, agosto de 2013. Documento impresso.

ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Manifesto do Seminário Estadual de Educação do Campo – Direito, Conhecimento, Terra e Dignidade*. Curitiba, 21 e 22 de abril de 2017. Documento impresso, 4 fls.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trab. Educ. saúde*. 2009, v. 7, n. 1, p. 35-64. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>. Acesso em 5 de dezembro de 2017.

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCADORAS E EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA - I. *Manifesto*. Brasília, 28 a 31 de julho de 1997.

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCADORAS E EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA - II. *Manifesto*. Luziânia, 21 a 25 de setembro de 2015.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FONEC. *Carta de criação do Fórum Nacional de Educação do Campo*. Brasília, 17 de agosto de 2010.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FONEC. *Notas para análise do momento atual da Educação do Campo*. Brasília, 15 a 17 de agosto de 2012.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FONEC. *Relatório Síntese das conclusões e proposições da oficina de Planejamento 2013-2014*. Brasília, julho de 2013.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FONEC. III Seminário Nacional. *Documento Final*. Brasília, 26 a 28 de agosto de 2015.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FONEC. *Relatório final*. Brasília, 26 a 28 de setembro de 2017.

GOHN, M. da G. Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 19-36.

MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Tradução de: KONDER, Leandro. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. (Feuerbach). 11. ed. Tradução de: BRUNI, José Carlos; NOGUEIRA, Marco Aurélio. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOLINA, M. C. Análises de Práticas contra-hegemônicas na formação de Educadores: reflexões a partir do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. In: SOUZA, J. V. et al. (Orgs.). *O Método Dialético na Pesquisa em Educação*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2014. p. 263-290.

MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. In: *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. p. 145-166. 2015. Editora UFPR.

MOLINA, M. C. e SÁ, L. M. A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: Estratégias Político – Pedagógicas na formação de Educadores do Campo. In: MOLINA, M. C e SÁ, L. M. (orgs). *Licenciaturas em Educação do Campo – Registros e reflexões a partir das experiências – pilotos (UFMG; UnB; UFBA e UFS)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MOLINA, M. C. e HAGE, S. M. Política de formação de educadores do Campo no Contexto da Expansão da Educação Superior. In: *Cadernos de Estudos – V SEMINÁRIO NACIONAL DAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO*. Laranjeiras do Sul, 2015.

MUNARIM, A. Educação do Campo e políticas públicas: controvérsias teóricas e políticas. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONDE, S.; PEIXER, Z. (Orgs.). *Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas*. Florianópolis: Insular, 2011. (p. 21 – 38).

Licenciatura em... - *Valdirene M. de Moraes e Maria Antônia de Souza*

SOUZA, M. A. de. A Educação do Campo no Brasil. (2016). In: SOUZA, E. C. de; CHAVES, V. L. J. (orgs.). (2016). *Documentação, Memória e História da Educação no Brasil: diálogos sobre políticas de educação e diversidade*. Vol. 1. Tubarão: Copiart. P. 133- 158.

Submetido em Janeiro 2018

Aceito em Fevereiro 2018

Publicado em Maio 2018